

MÁFIA À BRASILEIRA: O PCC E A FALÊNCIA DO ESTADO NA GUERRA CONTRA O CRIME

Por Diego de Souza Barbosa*



Imagen meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

A operação “Carbono Oculto” revelou o império bilionário do PCC e o fracasso do Estado brasileiro em conter essa máfia, que se tornou um Estado paralelo e se tornou em ameaça à soberania nacional.

Na manhã de 28 de agosto de 2025, o Brasil assistiu a uma das maiores operações contra o crime organizado de sua história. A ação, batizada de “Carbono Oculto”, mobilizou 1.400 agentes em oito estados, cumpriu 350 mandados de busca e apreensão e bloqueou cerca de R\$ 1 bilhão em bens. Segundo o *Financial Times* (2025), somente entre 2020 e 2024, o Primeiro Comando da Capital (PCC) movimentou R\$ 52 bilhões no setor de combustíveis, R\$ 46 bilhões em fintechs chamadas de *shadow banking* e R\$ 30 bilhões em fundos de investimento, além de controlar usinas de etanol, caminhões, fazendas e terminais portuários. Um verdadeiro império empresarial do crime, operando sob a fachada da “legalidade”.

Fundado em 31 de agosto de 1993, no presídio de Taubaté (SP), o PCC surgiu como uma pretensa defesa dos “direitos” dos presos. Rapidamente, no entanto, transformou-se em uma organização criminosa de proporções inéditas no Brasil. Sua brutalidade ficou evidente nos Crimes de Maio de 2006, quando a facção desencadeou ataques em São Paulo, deixando policiais e civis mortos em série. E não parou por aí:

em junho de 2016, em Pedro Juan Caballero, no Paraguai, o PCC executou Jorge Rafaat Toumani, conhecido como “Rei da Fronteira”. O ataque, realizado com metralhadoras antiaéreas em plena via pública, foi noticiado pelo *El País* e escancarou a capacidade da facção de operar como exército paramilitar transnacional.

Hoje, o PCC é muito mais que uma facção: tornou-se um Estado paralelo, com tribunais internos, sistema de arrecadação, aparato militar e um império econômico bilionário. E isso só foi possível porque o Estado brasileiro falhou em agir preventivamente. Durante três décadas, o poder público limitou-se a respostas tardias: prisões superlotadas, ausência de inteligência financeira, investigações demoradas e um discurso oficial que chega a beirar a complacência. Exemplo disso, é a recente informação: o Ministério da Justiça informou a autoridades dos EUA que o PCC (Primeiro Comando da Capital) e o Comando Vermelho não podem ser considerados máfias ou organizações terroristas, mas apenas grupos criminosos voltados ao lucro.

Essa visão reducionista é, ao mesmo tempo, ingênua, perigosa e preocupante. Se uma organização que movimenta bilhões, infiltra-se em empresas, executa rivais com armamento pesado e controla territórios não é uma máfia, o que seria? O problema não é apenas de nomenclatura. A Constituição Federal, em seu art. 144, impõe ao Estado o dever de garantir a segurança pública. O art. 170 exige a defesa da ordem econômica contra abusos. A Lei 9.613/1998 manda punir com rigor a lavagem de dinheiro. No entanto, o que se vê é a contradição: o Estado que deveria combater, na prática alimentou a engrenagem criminosa. Um sistema de repressão tardio é ineficaz, porque quando o Estado finalmente age, o crime já se encontra institucionalizado, como no presente caso.

O resultado está diante de nós: comunidades inteiras subjugadas pelo domínio da facção; economias locais corrompidas por esquemas de lavagem de dinheiro; agentes públicos cooptados; e um patrimônio bilionário dissimulado em negócios formalmente constituídos. O Primeiro Comando da Capital deixou de ser apenas uma questão de segurança pública. Trata-se, hoje, de um problema de soberania nacional. É um câncer institucional que o Estado permitiu crescer, limitando-se a medidas paliativas que, agora se revela, foram manifestamente ineficazes. Ignorada em seus estágios iniciais, essa patologia alastrou-se para órgãos vitais da estrutura estatal. Diante da metástase, o Brasil tenta improvisar cirurgias de emergência que talvez já não bastem para conter a degradação sistêmica.

A operação “Carbono Oculto” foi necessária. Mas não deve ser comemorada como vitória. Ela é, antes de tudo, a prova do fracasso histórico do Estado brasileiro em impedir que uma facção de presídio se transformasse em máfia bilionária. O preço da negligência se mede não apenas nos bilhões bloqueados pela Justiça, mas nas milhares de vidas ceifadas, nas instituições corrompidas e no poder consolidado de uma organização que nunca deveria ter existido neste patamar.

REFERÊNCIAS

EL PAÍS. *Brasil golpea al crimen organizado con una mega operación contra su negocio energético.* 28 de agosto de 2025. Disponível em: <https://elpais.com/america/2025-08-28/brasil-golpea-al-crimen-organizado-con-una-megaoperacion-contra-su-negocio-energetico.html>.

EL PAÍS. *Matan al narcotraficante Jorge Rafaat, el rey de la frontera entre Paraguay y Brasil.* 16 de junho de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/17/politica/1466198112_870703.html.

FINANCIAL TIMES. *Brazil raids cartel's alleged multibillion-dollar money laundering scheme.* 28 de agosto de 2025. Disponível em: <https://www.ft.com/content/950c77e9-f311-4833-b74e-aed42b14e6bf>.

VERO NOTÍCIAS. *Governo diz aos EUA que PCC e CV não são terroristas, mas organizações criminosas.* 19 de agosto de 2025. Disponível em: <https://veronoticias.com/politica/governo-diz-aos-eua-que-pcc-e-cv-nao-sao-terroristas-mas-organizacoes-criminosas/>.

WIKIPÉDIA. *Primeiro Comando da Capital.* Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Primeiro_Comando_da_Capital.

***Diego de Souza Barbosa** é oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), graduado em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas e pós-graduando em Direito Processual Civil pela Escola Paulista da Magistratura. É tecnólogo em Segurança Pública pela Escola Superior de Soldados da PMESP e formado em empreendedorismo pela Universidade Cidade de São Paulo. Funcionário público estadual há 19 anos, integra o corpo docente da PMESP, ministrando aulas de Direitos Humanos e Ações Afirmativas.
